

Regras do câmbio saem até quarta

Brasília - Gilberto Alves

■ FMI e governo começam a definir como será feita a intervenção do BC no mercado

JANES ROCHA

BRASÍLIA — As novas regras de intervenção do Banco Central no mercado de câmbio começaram a ser discutidas ontem no Ministério da Fazenda entre a equipe econômica e a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e devem ser divulgadas até quarta-feira. A definição dessas regras está no contexto do redesenho do acordo do governo brasileiro com o Fundo, devido à nova política cambial adotada pelo país.

“Quando o Banco Central anunciou que deixaria o câmbio flutuar livremente, deixou claro que se reservaria o direito de efetuar as intervenções que julgasse necessárias para evitar flutuações excessivas. Não quer dizer que estamos limitados ou parados na segunda-feira (hoje)”, disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. O BC não teria tomado qualquer medida até agora porque está esperando a definição das regras de intervenção o que só vai ser feito com o Fundo.

O vice-diretor executivo do FMI, Stanley Fischer, desembarca hoje em Brasília, procedente de Davos, Suíça. Na terça e quarta-feira Fischer deve manter reuniões com a equipe e com o ministro Pedro Malan para definir a nova política monetária e as regras de intervenção no câmbio, além de analisar os aspectos mais políticos do novo acordo. Fischer é o segundo na hierarquia do Fundo e é tido como mais flexível na hora de orientar a política monetária e fiscal aos países que recorrem à organização.

“A presença de Fischer ajuda a acelerar o processo e demonstra a importância dada ao Brasil”, comentou Parente. O secretário reafirmou que o principal objetivo do governo continua sendo evitar a volta da inflação e estabilizar a relação entre o total da dívida e o Produto Interno Bruto (PIB). O secretário também voltou a afirmar que o governo tomará todas as medidas necessárias para controlar a escalada de preços, baseado nas políticas monetária e fiscal mas não quis antecipar as medidas.

Da reunião de ontem participaram ainda os secretários de Política Econômica, Amaury Bier; do Tesouro, Eduardo Guimarães; do Ministério de Orçamento e Gestão, Martus Tavares; e o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, além de assessores.

A missão do Fundo, chefiada pela economista e diretora do Departamento do Hemisfério Ocidental, Te-

resa Ter-Minassian, é composta também pelos economistas Alberto Musalen, Gerd Schwartz, Alfredo Leone, Alberto Ramos, Rogério Zandamela e por um funcionário do Banco Mundial, Suman Bery. Segundo Parente, o encontro de ontem serviu para que os técnicos do FMI tivessem acesso aos dados macroeconômicos do país e a uma avaliação do andamento do programa de ajuste fiscal adotado pelo Brasil em outubro.

“Essa discussão é preliminar devido ao grau de incerteza que temos hoje”, afirmou Parente, explicando que, na primeira parte das reuniões, os técnicos das equipes do Fundo e do governo brasileiro vão definir cenários macroeconômicos — perspectivas de inflação, crescimento da economia, taxa de juros etc. A meta de inflação que o Brasil vai adotar, antecipada pelo **JORNAL DO BRASIL** na edição de ontem, não será explicitada na nova redação do acordo, mas será o parâmetro pelo qual o Brasil vai traçar todas as outras metas que constarão do texto do acordo.

“O que se espera é chegar a uma revisão do acordo, adaptando esse programa às novas circunstâncias e, a partir daí, dar sequência às liberações” (dos recursos internacionais combinados com o FMI e os países do Grupo dos Sete). A equipe econômica apresentou aos técnicos do Fundo os resultados do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência), com um resultado superavitário de R\$ 5,8 bilhões em 1998, e um balanço das medidas do programa de ajuste fiscal que dependiam da aprovação do Congresso.

“Cumprimos a meta e o cumprimento dos compromissos nos permite readquirir credibilidade”, afirmou o secretário executivo do Ministério da Fazenda. O pacote financeiro acertado no ano passado previa a liberação de US\$ 41,5 bilhões para o Brasil, do qual já foram sacados US\$ 9 bilhões em janeiro e, pelo acordo original, outros US\$ 9 bilhões seriam liberados agora em fevereiro, logo depois da visita da missão.

Mas, como o acordo será alterado, os valores e a data da liberação podem mudar. A partir de hoje, a missão do Fundo e a equipe econômica começam a detalhar as metas de desempenho fiscal do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central), dos estados e municípios e das empresas estatais.

Ontem à tarde, Malan e Pedro Parente estiveram reunidos durante 20 minutos com o presidente Fernando Henrique no Palácio da Alvorada, mas nenhum deles deu entrevista sobre o que conversaram.



Teresa Ter-Minassian, chefe da missão do FMI, recebe da equipe econômica informações econômicas sobre o Brasil e a avaliação do ajuste fiscal